



ORDEM DOS NOTÁRIOS
PORTUGAL

Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

2014

www.notarios.pt

Índice

1. INTRODUÇÃO	3
2. CARATERIZAÇÃO INSTITUCIONAL	4
2.1 MISSÃO E ATRIBUIÇÕES.....	4
2.2 ESTRUTURA ORGANICA.....	7
2.3 RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS.....	15
3. IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS	17
4. MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CORREÇÃO A ADOTAR.....	20
5. MONITORIZAÇÃO DO PLANO.....	47
ANEXOS.....	48

1. INTRODUÇÃO

O Conselho de Prevenção da Corrupção deliberou, na reunião de 1 de Julho de 2009, efetuar uma recomendação sobre a *elaboração de planos de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas*.

O presente plano é elaborado na sequência da referida Recomendação, ainda que com a noção de que a Ordem dos Notários não está entre as entidades primariamente visadas pela obrigatoriedade de elaboração destes planos, uma vez que não tem sob a sua alçada a gestão de dinheiros ou valores públicos provenientes do património do universo dos contribuintes.

A Ordem dos Notários pretende, contudo, dotar-se de um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas, transmitindo a mensagem de absoluta intolerância com qualquer situação de corrupção ou de uso indevido dos fundos dos seus Membros.

Este plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas, consiste, pois, por isso, num processo de análise dos riscos inerentes à prossecução das atribuições da Ordem dos Notários, ao exercício das competências dos seus órgãos e à atividade dos seus serviços, tendo por objetivo identificar situações potenciadoras de risco e adotar medidas preventivas e corretivas que possibilitem a eliminação dos mesmos.

OS PRINCIPAIS OBJETIVOS DESTE PLANO SÃO OS SEGUINTE:

1. Fomentar uma cultura de integridade e de não corrupção, que alcance toda a estrutura da Ordem dos Notários;
2. Identificar as áreas de risco;
3. Identificação de medidas preventivas e corretivas;
4. Reforçar a confiança dos Membros e dos utentes na atuação da Ordem dos Notários e dos seus serviços.

2. CARATERIZAÇÃO INSTITUCIONAL

2.1 MISSÃO E ATRIBUIÇÕES

Criada pelo **Decreto-Lei n.º 27/2004, de 4 de Fevereiro**, que aprovou o seu Estatuto, a Ordem dos Notários é uma associação pública profissional que regula, em parceria com o Ministério da Justiça, o exercício da atividade notarial em Portugal. A Ordem dos Notários, entidade independente dos órgãos do Estado e que goza de personalidade jurídica, representa os Notários Portugueses. O exercício da atividade notarial depende da inscrição na Ordem, inscrição que apenas é possível por parte de quem tenha obtido o título de notário.

Atribuições da Ordem dos Notários

A Ordem dos Notários exerce as suas atribuições no território da República Portuguesa, as quais são definidas no artigo 3º do seu Estatuto:

- a)** Defender o Estado de direito e os direitos e garantias pessoais e colaborar na administração da justiça, propondo as medidas legislativas que considera adequadas ao seu bom funcionamento;
- b)** Assegurar o desenvolvimento transparente da atividade notarial, com respeito pelos princípios da independência e da imparcialidade;
- c)** Promover a divulgação e o aprofundamento dos princípios deontológicos da atividade notarial, tendo em conta a natureza pública essencial desta, e zelar pelo seu cumprimento;
- d)** Promover o aperfeiçoamento e a atualização profissionais dos notários e colaborar com as associações representativas dos trabalhadores do notariado na formação e atualização profissionais destes;
- e)** Colaborar com o Estado nos concursos para notários e nos concursos de licenciamento de cartório notarial;
- f)** Defender os interesses e direitos dos seus membros;

- g)** Reforçar a solidariedade entre os seus membros, designadamente através da gestão do Fundo de Compensação;
- h)** Adotar os regulamentos internos convenientes;
- i)** Exercer, em conjunto com o Estado, a fiscalização da atividade notarial;
- j)** Exercer jurisdição disciplinar sobre os notários no âmbito dos deveres constantes do presente Estatuto, dos seus regulamentos internos e das normas deontológicas e colaborar com o Estado no exercício da restante jurisdição disciplinar;
- l)** Contribuir para o desenvolvimento da cultura jurídica e aperfeiçoamento da elaboração do direito, devendo ser ouvida sobre os projetos de diploma legislativos e regulamentares que interessam ao exercício da atividade notarial, nomeadamente os que definam as respetivas condições de acesso, as incompatibilidades e os impedimentos dos notários, bem como os que fixam os valores dos atos notariais;
- m)** Representar os notários portugueses junto das entidades nacionais e internacionais e contribuir para o estreitamento das ligações com organismos congéneres estrangeiros;
- n)** Dar laudos sobre honorários, quando solicitados pelos tribunais, pelos notários, por qualquer interessado ou, em relação às contas, pelo responsável do respetivo pagamento;
- o)** Adotar medidas que promovam a reorganização dos sistemas de arquivo eletrónico de documentos notariais por forma a que possam, nos casos legalmente admitidos e de acordo com as obrigações legais aplicáveis, ser consultados através de certidão notarial permanente, cuja consulta dispensa a exibição do documento original, nos termos de portaria a aprovar pelo Governo responsável pela área da justiça;
- p)** Criar um registo central de trabalhadores autorizados a praticar atos, nos termos do artigo 8.º do Estatuto do Notariado;
- q)** Aprovar e harmonizar as especificações técnicas das aplicações informáticas a utilizar pelos cartórios notariais por forma a assegurar que deem cumprimento a imperativos de segurança e às demais obrigações legais aplicáveis;

r) Constituir um centro de mediação e arbitragem;

s) Exercer as demais funções que resultam das disposições deste Estatuto ou de outros preceitos legais.

2. CARATERIZAÇÃO INSTITUCIONAL

2.2 ESTRUTURA ORGÂNICA

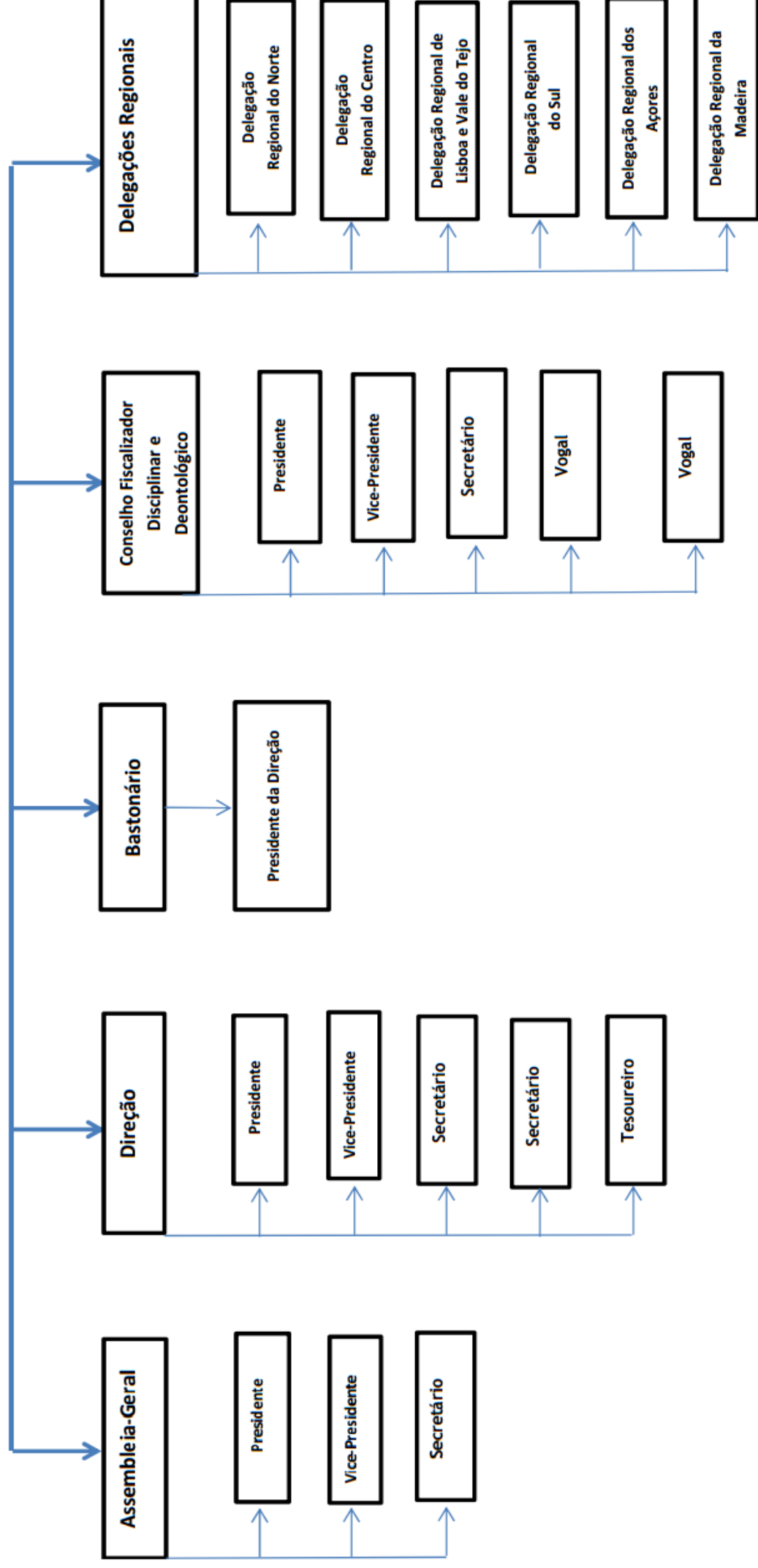
A Ordem dos Notários prossegue as atribuições que lhe são conferidas através de órgãos próprios:

- a) Assembleia geral;
- b) Direcção;
- c) Bastonário;
- d) Conselho fiscalizador, disciplinar e deontológico;
- e) Delegações.

A relação entre os órgãos obedece a uma lógica de separação de poderes, em que cada órgão é dotado de competências próprias.

Ilustra-se no quadro da página seguinte o organograma da estrutura da Ordem dos Notários:

ESTRUTURA ORGÂNICA DA ORDEM DOS NOTÁRIOS



ASSEMBLEIA GERAL

1 - A assembleia geral da Ordem dos Notários é constituída por todos os notários com a inscrição em vigor.

2 - Compete à assembleia geral:

- a) Eleger os outros órgãos sociais e a mesa da assembleia geral;
- b) Aprovar os regulamentos internos propostos pela direção e as normas deontológicas propostas pelo conselho de fiscalização, disciplinar e deontológico;
- c) Apreciar e votar o relatório, as contas e o orçamento que, para o efeito, lhe são submetidos pela direção, acompanhados pelo parecer do conselho fiscalizador, disciplinar e deontológico;
- d) Autorizar a direção a contrair empréstimos e a adquirir ou alienar bens imóveis;
- e) Transferir para instituição financeira competente, sob proposta da direção, a gestão do Fundo de Compensação;
- f) Apreciar e votar o relatório, as contas e o orçamento do Fundo de Compensação, que lhe são submetidos pelo órgão colegial da instituição financeira que o gere, acompanhados do parecer do conselho fiscalizador, disciplinar e deontológico;
- g) Apreciar e deliberar sobre os recursos dos atos e omissões dos órgãos sociais interpostos pelos membros da Ordem dos Notários;
- h) Deliberar sobre todos os assuntos que não estejam compreendidos nas competências específicas dos restantes órgãos da Ordem dos Notários.

DIREÇÃO

1 - A direção é constituída por um presidente, um vice-presidente, dois secretários e um tesoureiro.

2 - Compete à direção:

- a) Definir a posição da Ordem dos Notários perante os órgãos de soberania e da Administração Pública no que respeita à defesa do Estado de direito, dos direitos e garantias e à administração da justiça;
- b) Emitir parecer sobre os projetos de diplomas legislativos que interessem à atividade notarial ou da Ordem dos Notários e propor as alterações legislativas que entender convenientes;
- c) Apresentar à assembleia geral propostas de regulamentos internos;

- d) Velar pelo cumprimento da legislação respeitante à Ordem dos Notários e respetivos regulamentos e zelar pelas atribuições que lhe são conferidas;
- e) Elaborar e submeter à aprovação da assembleia geral o relatório, as contas e o orçamento da Ordem dos Notários;
- f) Solicitar à assembleia geral autorização para contrair empréstimos e adquirir ou alienar bens imóveis;
- g) Propor à assembleia geral a transferência, para uma instituição financeira competente, da gestão do Fundo de Compensação;
- h) Propor à assembleia geral o valor anual da comparticipação extraordinária para o fundo de compensação;
- i) Deliberar sobre a inscrição dos notários na Ordem dos Notários e apreciar os pedidos de suspensão e cancelamento da mesma;
- j) Executar as deliberações da assembleia geral;
- l) Fixar o valor das quotas a pagar pelos notários;
- m) Designar os membros da Ordem dos Notários que irão integrar o conselho do notariado;
- n) Designar quem, de entre os que integram a bolsa de notários, vai substituir os notários ausentes e preencher as vagas que surgirem;
- o) Dirigir os serviços da Ordem dos Notários;
- p) Gerir os recursos humanos, materiais e financeiros da Ordem dos Notários, promovendo a cobrança das receitas e autorizando as despesas orçamentais;
- q) Aplicar as sanções disciplinares aos membros da Ordem dos Notários propostas pelo conselho fiscalizador, disciplinar e deontológico;
- r) Exercer as demais funções que as leis, o presente Estatuto e os regulamentos lhe confirmam.

3 - As competências definidas nas alíneas n) e o) do número anterior podem ser delegadas no bastonário.

BASTONÁRIO

1. O Bastonário é o Presidente da Direção da Ordem dos Notários.

2 – Compete ao Bastonário:

- a) Fazer executar as deliberações da direção e do conselho fiscalizador, disciplinar e deontológico;
- b) Cometer a qualquer órgão da Ordem dos Notários, aos respetivos membros ou a outras entidades a elaboração de estudos e pareceres sobre quaisquer matérias que interessem às atribuições da Ordem;
- c) Presidir à comissão de redação da revista da Ordem dos Notários;
- d) d) Assistir, querendo, às reuniões do conselho fiscalizador, disciplinar e deontológico, sem direito a voto;
- e) Exercer, em casos urgentes, as competências da direção;
- f) Exercer as demais funções que as leis, que o presente Estatuto e os regulamentos lhe confirmam.

3 - Os atos praticados ao abrigo da competência prevista na alínea e) do número anterior devem ser ratificados pela direção na primeira reunião subsequente à prática de tais atos.

4 - O bastonário pode delegar em qualquer membro da direção alguma ou algumas das suas competências.

5 - O bastonário pode também, com o acordo da direção, delegar a representação da Ordem dos Notários em qualquer notário.

CONSELHO FISCALIZADOR DISCIPLINAR E DEONTOLÓGICO

1 - O conselho fiscalizador, disciplinar e deontológico é constituído por um presidente, um vice-presidente, dois vogais e um secretário.

2 - Compete ao conselho fiscalizador, disciplinar e deontológico:

- a) Fiscalizar os atos da direção e do bastonário, especialmente os que envolvem aumento das despesas ou diminuição das receitas da Ordem dos Notários;
- b) Acompanhar a gestão do Fundo de Compensação a cargo da instituição financeira para quem a mesma foi transferida;

- c) Elaborar e enviar à assembleia geral parecer sobre o relatório, as contas e o orçamento da Ordem dos Notários;
- d) Elaborar e enviar anualmente à assembleia geral parecer sobre o relatório, as contas e o orçamento do Fundo de Compensação;
- e) Dar parecer, a pedido da assembleia geral, da direção e do bastonário sobre os atos que aumentem despesas ou responsabilidades financeiras ou reduzam o património da Ordem dos Notários;
- f) Elaborar e propor à assembleia geral a aprovação de normas deontológicas relativas à atividade notarial;
- g) Promover o respeito pelas normas deontológicas;
- h) Exercer o poder disciplinar sobre os membros da Ordem dos Notários, instaurando e instruindo os procedimentos disciplinares e aplicando ou propondo à direção as sanções disciplinares adequadas;
- i) Exercer as demais funções que as leis, o presente Estatuto e os regulamentos internos lhe confirmam.

DELEGAÇÕES REGIONAIS

As delegações são, igualmente, órgãos da Ordem dos Notários, de competência territorialmente delimitada.

São seis as Delegações Regionais:

- a) Delegação Regional do Norte (corresponde aos distritos de Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real);
- b) Delegação Regional do Centro (corresponde aos distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu);
- c) Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo (corresponde aos distritos de Évora, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal);
- d) Delegação Regional do Sul (corresponde aos distritos de Beja e Faro);

e) Delegação Regional dos Açores (corresponde à Região Autónoma dos Açores);

f) Delegação Regional da Madeira (corresponde à Região Autónoma da Madeira).

Competências

1. Às Delegações Regionais compete orientar todas as suas atividades em coordenação com os Órgãos Nacionais, nomeadamente:

a) Coordenar e dinamizar a atividade da Ordem dos Notários na área da respetiva delegação, assegurando o desenvolvimento da atividade notarial, com respeito pelos princípios da independência e da imparcialidade;

b) Promover a divulgação, aprofundamento e cumprimento dos princípios deontológicos da atividade Notarial, como atividade de natureza pública, fazendo aplicar as diretrizes dos diversos Órgãos da Ordem;

c) Pronunciar-se sobre todos os assuntos que lhes sejam remetidos ou apresentados pelos Notários, que exerçam a sua atividade na área da respetiva delegação e/ou pelos Órgãos Nacionais.

2. Às Delegações Regionais compete, em especial:

a) Tomar as resoluções ou praticar os atos conducentes à realização dos fins da Ordem dos Notários na área da respetiva delegação, em sintonia com os demais Órgãos da Ordem;

b) Prestar aos restantes Órgãos da Ordem dos Notários toda a colaboração que lhes seja solicitada, nomeadamente em todos os processos de natureza administrativa ou disciplinar que envolvam os Notários da área da respetiva Delegação;

c) Receber e administrar as receitas que lhes forem atribuídas pela Direcção, bem como as receitas geradas pela respetiva Delegação;

d) Promover ações com vista à formação dos Notários em exercício na área da respetiva Delegação Regional, em coordenação com a Direcção da Ordem dos Notários;

- e) Elaborar o plano de atividades e o orçamento anual da respetiva Delegação Regional;
- f) Submeter à aprovação da Direcção, até trinta e um de Janeiro do ano a que disser respeito, ou até ao último dia do mês subsequente ao início do respetivo mandato, o plano de atividades previsto na alínea anterior;
- g) Submeter à aprovação da Direcção, até ao dia trinta e um de Janeiro de cada ano, o relatório e contas do ano civil anterior;
- h) Organizar e os respetivos serviços administrativos;
- i) Caso tenha sede própria, executar todos os procedimentos administrativos que lhe tenham sido delegados pela Direcção.

3. Em ano em que se inicie novo mandato dos Órgãos da Ordem dos Notários, as Delegações Regionais poderão alterar o plano de atividades e o orçamento anual e submetê-los à aprovação da Direcção, até um mês após nomeação dos novos Delegados Regionais.

COMPETÊNCIA DO PLENÁRIO DOS NOTÁRIOS DAS DELEGAÇÕES REGIONAIS

1. O Plenário dos Notários é composto por todos os notários inscritos na Ordem dos Notários em funções em cartório com sede na respetiva Delegação Regional.
2. Compete ao Plenário dos Notários das Delegações Regionais:
 - a) Propor à Direcção a escolha dos Delegados Regionais;
 - b) Propor à Direcção a localização da sede da Delegação Regional;
 - c) Recomendar ao Presidente o dia e hora mais conveniente para a marcação das reuniões ordinárias;
 - d) Submeter propostas à apreciação dos Delegados Regionais ou do Plenário;
 - e) Pronunciar-se sobre o plano de atividades, o orçamento anual e o relatório e contas do ano civil anterior.

2. CARATERIZAÇÃO INSITUCIONAL

2.3 RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS

Os quadros seguintes apresentam os recursos humanos e financeiros da Ordem dos Notários planeados para 2014 e a respetiva execução.

Relativamente aos recursos humanos, o quadro de pessoal da Ordem dos Notários para o ano de 2014 apresenta a seguinte composição:

Recursos Humanos da Ordem dos Notários

	Planeados para 2014	Efetivos a 30.08.2014	Diferença
Técnico administrativo	2	2	0
Técnico de secretariado	1	1	0
Técnico de contabilidade	1	1	0
Técnico de comunicação	1	1	0
Técnico de apoio jurídico	1	1	0
Secretária-Geral	1	1	0
Jurista avençado	1	1	0
Total	8	8	0

Em matéria de recursos financeiros, foi aprovado, na reunião de Assembleia-Geral de Maio de 2014 o orçamento da Ordem dos Notários para 2014 (juntamente com o plano de atividades) onde ficaram previstos os seguintes níveis de despesa:

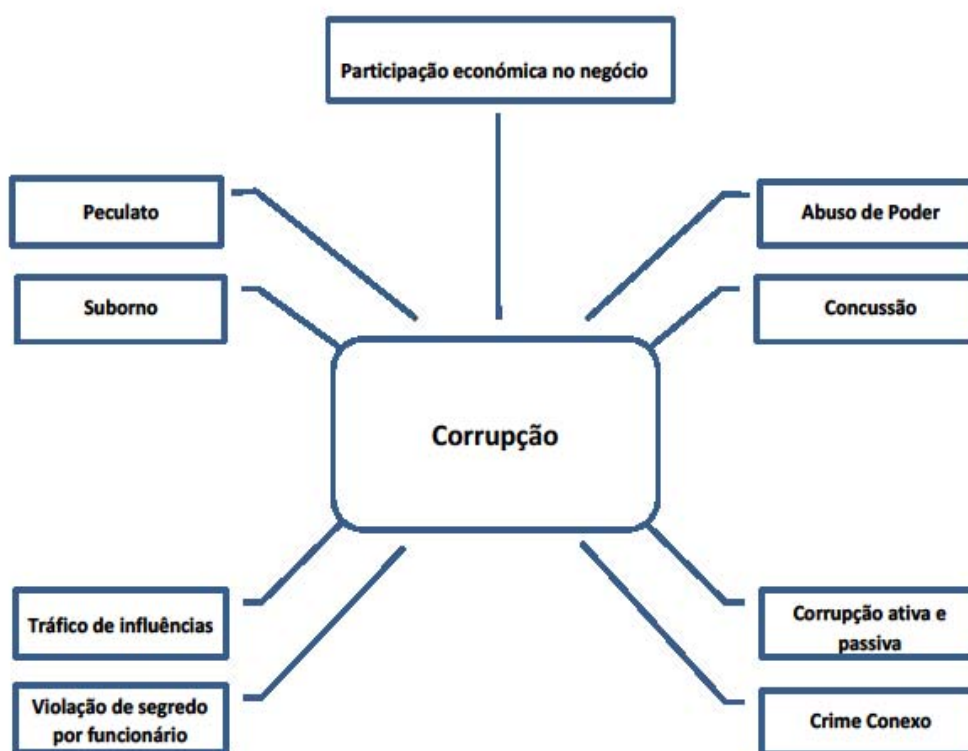
DESIGNAÇÃO	CUSTO
Custos com pessoal	€254.721,64
Aquisição de bens e serviços	€380.224,82
Outros custos operacionais (quotizações)	€54.985,40
Despesas de representação	€15.000
TOTAL	€704.931

3. IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

A prática de um qualquer ato ou a sua omissão, seja lícito ou ilícito, contra o recebimento ou promessa de uma qualquer compensação que não seja devida, para o próprio ou para terceiro, constitui uma situação de corrupção.

A Ordem dos Notários procedeu à identificação dos setores e das situações onde existe risco ou maior suscetibilidade de ocorrência de corrupção ou infração conexas, mediante violação de disposições legais, regulamentares ou valores assumidos por si.

CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS



Os riscos devem ser classificados segundo uma escala de risco elevado, moderado e fraco, em função do grau de probabilidade de ocorrência (elevado, moderado ou fraco).

O grau do risco pode ser graduado em função de duas variáveis, a probabilidade de ocorrência de situações que comportam o risco e a gravidade das consequências das infrações que pode suscitar, estabelecendo-se as seguintes classificações:

A – Probabilidade de ocorrência:

- Elevada: o risco decorre de um processo corrente e frequente da organização;
- Moderada: o risco está associado a um processo esporádico da organização que se admite que venha a ocorrer ao longo do ano;
- Fraca: o risco decorre de um processo que apenas ocorrerá em circunstâncias excepcionais.

B – Impacto previsível:

- Elevado: quando da situação de risco identificada podem decorrer prejuízos financeiros significativos para a Ordem e a violação grave dos princípios associados ao interesse público, lesando a credibilidade e a própria entidade;
- Moderado: a situação de risco pode comportar prejuízos financeiros para a Ordem e perturbar o normal funcionamento da entidade.
- Fraco: a situação de risco em causa não tem potencial para provocar prejuízos financeiros à Ordem, não sendo infrações suscetíveis de ser praticadas causadoras de danos relevantes na imagem e operacionalidade da entidade.

Da conjugação das duas variáveis apresentadas resultam cinco níveis de risco, evidenciados na tabela:

		Probabilidade de ocorrência		
		Elevada	Moderada	Fraca
Impacto previsível	Elevado	Muito elevado	Elevado	Moderado
	Moderado	Elevado	Moderado	Fraco
	Fraco	Moderado	Fraco	Muito fraco

Consideram-se as seguintes áreas de risco, destacando-se em cada uma delas os processos suscetíveis de comportar riscos de corrupção e infrações conexas:

1. Atuação geral dos órgãos da Ordem, em especial a Direção, enquanto órgão responsável pela sua gestão:

- a) Contratação Pública de bens e serviços;
- b) Processamento de faturação de prestadores;
- c) Utilização indevida dos recursos da Ordem, no que concerne às instalações, equipamentos e material;
- d) Recrutamento de pessoal;
- e) Exercício de funções em caso de impedimento, nos termos da lei ou de conflito de interesses;
- f) Acumulação de funções incompatíveis de acordo com os Estatutos e o demais quadro legal em vigor;
- g) Utilização de dados pessoais;
- h) Quebra de reserva de confidencialidade por prestação de informação a entidades alheias ao processo, em particular no que respeita ao segredo profissional em processos disciplinares.
- i) Exercício de poderes administrativos discricionários de forma não objetiva proporcionando desigualdade ou tratamento privilegiado;

2. No que respeita à atuação dos serviços da Ordem, identificam-se as seguintes situações:

- a) Proposta de deliberação dos órgãos em matérias que envolvam risco de corrupção e infrações conexas;
- b) Atividade de tesouraria;
- c) Processamento de faturação de prestadores de serviços;
- d) Utilização indevida dos recursos da Ordem, no que respeita a instalações, equipamentos e material;
- e) Exercício de funções em caso de impedimento, nos termos da lei e vigor, ou conflito de interesses;
- f) Utilização de dados pessoais ou informação para fins ilegítimos ou utilização indevida da informação a que se tenha acesso no desempenho das suas funções ou por virtude desse desempenho.
- g) Quebra de reserva de confidencialidade por informação prestada a entidades alheias ao processo.

4. MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CORREÇÃO A ADOTAR

As medidas de prevenção a adotar foram estabelecidas em função do grau de risco das situações, visando evitá-lo, ao eliminar a sua causa, ou preveni-lo, ao procurar minimizar a probabilidade de ocorrência ou o seu impacto negativo.

Relativamente à atividade geral da Ordem, conduzida pelos seus órgãos competentes, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) Pautar toda a atuação na base de princípios éticos que reflitam um elevado padrão de comportamento, nomeadamente a integridade, honestidade, profissionalismo e lealdade para com a Ordem.
- b) Não aceitar ou recorrer a quaisquer pagamentos ou favores;
- c) Não exercer funções (ou cessá-las de imediato) em matérias nas quais se verifique algum impedimento ou incompatibilidade, nos termos da lei em vigor, ou conflitos de interesses;
- d) Garantir que todos os atos se destinem a vincular a Ordem perante terceiros são assinados pelo Bastonário e por outro membro da Direção da Ordem em efetividade de funções, ou por mandatário constituído para o efeito, sem prejuízo da delegação de competências do Bastonário ou no membro da Direção responsável pela tesouraria da Ordem, relativamente a atos de gestão corrente;
- e) Planear e divulgar com clareza e antecedência as atividades da Ordem, promovendo a transparência e a previsibilidade;
- f) Adotar práticas que promovam a simplificação, segurança e certeza dos procedimentos;
- g) Instituir procedimentos de controlo interno, informação e gestão com o objetivo de reduzir a ocorrência de erros e a previsibilidade;
- h) Fortalecer mecanismos facilitadores de comunicação que assegurem a denúncia atempada de atos de corrupção;
- i) Difundir o conceito, significado e consequências de atos de corrupção e infrações conexas;
- j) Definir e dar visibilidade ao presente Plano, e no geral, a política de gestão da Ordem face à corrupção, através da auto-regulação e da assunção das boas práticas de governança;
- k) Agir sempre em isenção e em conformidade com a Lei.

Relativamente aos setores mais expostos à verificação de riscos de corrupção e infrações conexas, elencam-se nos quadros abaixo os riscos previsíveis, a sua graduação e medidas específicas destinadas à sua prevenção:

A – CONTRATAÇÃO PÚBLICA	
Descrição	Aquisição de bens e serviços
Risco	Supressão dos procedimentos obrigatórios ou respetivas fases Realização da despesa sem prévia cabimentação e autorização do órgão competente Violação das regras gerais de contratação e de realização de despesa
Graduação do risco	Moderado
Legislação relevante	Código dos Contratos Públicos Artigo 35.º e ss. do Estatuto da Ordem dos Notários
Medidas preventivas	Formalizar o plano anual de compras; Reanalisar e redefinir procedimentos atuais, incluindo-os no Manual de Procedimentos; Definir Regras em casos excecionais incluindo-as no Manual de Procedimentos; Informação e sensibilização dos trabalhadores da Ordem sobre as fases obrigatórias dos procedimentos de contratação; Criação de fichas do desempenho dos fornecedores e da qualidade dos fornecimentos; Criação e divulgação de procedimentos de controlo interno de despesa; Incremento do número de fornecedores/prestadores de serviços consultados, potencializando a sua rotatividade; Utilização de plataformas informáticas.

A – CONTRATAÇÃO PÚBLICA	
Descrição	Passagem de informação privilegiada aquando de pré-consulta para determinação do preço base
Risco	Violação dos princípios da lealdade e da prossecução do interesse público
Graduação do risco	Fraco
Legislação relevante	Código dos Contratos Públicos Artigos 44.º e ss do Código de Procedimento Administrativo Artigo 35.º e ss do Estatuto da Ordem dos Notários
Medidas preventivas	Fazer consultas de mercado via recolha de preços disponibilizados na internet; Se possível determinar o preço base sem consultar o mercado e cruzar posteriormente com a consulta ao mercado

A – CONTRATAÇÃO PÚBLICA	
Descrição	Verificação de material aquando da sua receção
Risco	Risco de desvio ou não fiscalização de mercadorias recebidas no tocante à qualidade e quantidade
Graduação do risco	Fraco
Legislação relevante	Artigo 35.º e ss. do EON
Medidas preventivas	Gestão informatizada do processo de aquisições e stocks; Segregação de funções e rotatividade funcional dos trabalhadores.

A – CONTRATAÇÃO PÚBLICA	
Descrição	Diversos procedimentos de aquisição do mesmo bem/serviço ao longo do ano
Risco	Fracionamento de despesa
Graduação do risco	Moderado
Legislação relevante	Código dos Contratos Públicos Artigo 16.º n.º 2 do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho Artigo 35.º e ss. do Estatuto da Ordem dos Notários
Medidas preventivas	Planeamento das atividades com clareza e antecedência; Melhoria do processo de gestão de stocks.

A – CONTRATAÇÃO PÚBLICA	
Descrição	Favorecimento de adjudicatários por funcionários
Risco	Violação dos princípios da igualdade e da concorrência
Graduação do risco	Fraco
Legislação relevante	Código dos Contratos Públicos Artigos 44.º e ss. do Código de Procedimento Administrativo Artigo 35.º e ss. do Estatuto da Ordem dos Notários
Medidas preventivas	Assinatura de declaração tipo, com compromisso de suscitar impedimento, escusa ou suspeição, caso se verifique; Segregação de funções entre o funcionário que recebe as propostas de contratação e o que verifica os documentos apresentados pelo concorrente/candidato; Verificação dos documentos de habilitação por duas pessoas.

A – CONTRATAÇÃO PÚBLICA	
Descrição	Renovação de contratos
Risco	Inexistência de alerta atempado para o termo dos contratos, gerando a sua renovação automática, eventualmente no sentido de favorecer o fornecedor
Graduação do risco	Moderado
Legislação relevante	Código dos Contratos Públicos Artigo 35.º e ss. do Estatuto da Ordem dos Notários
Medidas preventivas	Assinatura de declaração tipo, com compromisso de suscitar impedimento, escusa ou suspeição, caso se verifique; Segregação de funções entre o funcionário que recebe as propostas de contratação e o que verifica os documentos apresentados pelo concorrente/candidato; Verificação dos documentos de habilitação por duas pessoas.

B – TESOURARIA/DESPESA/RECEITA	
Descrição	Emissão de recibos
Risco	Não recebimento de valor correspondente ao recibo emitido
Graduação do risco	Fraco
Legislação relevante	Artigo 35.º e ss. do Estatuto da Ordem dos Notários
Medidas preventivas	Conferência diária dos valores recebidos, com folhas de caixa discriminativas, pelos responsáveis dos serviços ou funcionário designado para o efeito.

B – TESOURARIA/DESPESA/RECEITA	
Descrição	Cobrança de juros por quotas em atraso
Risco	Perdão ou cobrança de juros em valor superior ou inferior ao devido
Graduação do risco	Fraco
Legislação relevante	Artigo 35.º e ss. do Estatuto da Ordem dos Notários
Medidas preventivas	Verificação sobre a correta aplicação da fórmula de juros; Divulgação da fórmula de cálculos dos juros.

B – TESOURARIA/DESPESA/RECEITA	
Descrição	Conferência de valores
Risco	Entrega de valores não coincidentes com o somatório dos recibos
Graduação do risco	Fraco
Legislação relevante	Artigo 35.º e ss. do Estatuto da Ordem dos Notários
Medidas preventivas	Conferência diária dos valores recebidos, com folhas de caixa discriminativas, pelos responsáveis dos serviços ou funcionário designado para o efeito, que não tenha recebido pagamentos.

C – PATRIMÓNIO	
Descrição	Apropriação de bens públicos
Risco	Violação do princípio da prossecução do interesse público
Graduação do risco	Fraco
Legislação relevante	Artigo 35.º e ss. do Estatuto da Ordem dos Notários Artigo 4.º do Código de Procedimento Administrativo
Medidas preventivas	Conferência de equipamentos nos respetivos locais de depósito; Manter inventário atualizado dos bens da Ordem; Etiquetagem dos bens móveis; Estabelecimento de acessos restritos a determinados bens.

C – PATRIMÓNIO	
Descrição	Transferência de bens sem comunicação
Risco	Desaparecimento de bens Desatualização das fichas dos bens
Graduação do risco	Fraco
Legislação relevante	Artigo 35.º e ss. do Estatuto da Ordem dos Notários Artigo 4.º do Código de Procedimento Administrativo
Medidas preventivas	Conferência físicas periódicas.

C – PATRIMÓNIO	
Descrição	Utilização indevida de bens públicos, designadamente para fins privados
Risco	Violação do princípio da prossecução do interesse público
Graduação do risco	Fraco
Legislação relevante	Artigo 35.º e ss. do Estatuto da Ordem dos Notários Artigo 4.º do Código de Procedimento Administrativo
Medidas preventivas	Manutenção e verificação periódica de fichas de saída e requisição interna.

C – PATRIMÓNIO	
Descrição	Ofertas à Ordem ou titulares dos seus órgãos ou funcionários
Risco	Não inventariação de bens, com a sua eventual apropriação por particulares Violação do princípio do interesse público
Graduação do risco	Fraco
Legislação relevante	Artigo 35.º e ss. do Estatuto da Ordem dos Notários Artigo 4.º do Código de Procedimento Administrativo
Medidas preventivas	Proibição de ofertas à Ordem que não tenham carácter institucional; Comunicação obrigatória por escrito à Direção e ao Conselho Fiscalizador, Disciplinar e Deontológico de quaisquer ofertas recebidas de terceiros de valor superior a € 150,00; Divulgação de regas sobre aceitação de doações: Elaboração de lista de bens doados.

D – RECURSOS HUMANOS	
Descrição	Recrutamento de trabalhadores
Risco	Favorecimento de candidatos
Graduação do risco	Moderado
Legislação relevante	Artigo 35.º e ss. do Estatuto da Ordem dos Notários Artigo 44.º do Código de Procedimento Administrativo
Medidas preventivas	Criação de guia prático com a tramitação de todo o processo.

D – RECURSOS HUMANOS	
Descrição	Processamento de remunerações e abonos
Risco	Pagamentos indevidos
Graduação do risco	Fraco
Legislação relevante	Artigo 35.º e ss. do Estatuto da Ordem dos Notários
Medidas preventivas	Verificação mensal dos movimentos processados, incluindo descontos legalmente impostos (Segurança Social, IRS e outros) em sede de conferência.

D – RECURSOS HUMANOS	
Descrição	Justificação de faltas
Risco	Consideração indevida de uma falta como justificada
Graduação do risco	Moderado
Legislação relevante	Artigo 35.º e ss. do Estatuto da Ordem dos Notários Artigo 248 e ss. do Código do Trabalho
Medidas preventivas	Promoção de sistemas de controlo interno, nomeadamente conferências e análises de aos pedidos, numa base de amostragem; Definição detalhada da tramitação dos processos; Segregação/rotatividade de funções ao longo do processo.

D – RECURSOS HUMANOS	
Descrição	Análises de requerimentos de licença sem vencimento
Risco	Considerar indevidamente que se encontram cumpridos os requisitos
Graduação do risco	Fraco
Legislação relevante	Artigo 35.º e ss. do Estatuto da Ordem dos Notários Artigo 317.º e ss do Código do Trabalho
Medidas preventivas	Verificação mensal dos movimentos processados, incluindo descontos legalmente impostos (Segurança Social, IRS e outros) em sede de conferência.

D – RECURSOS HUMANOS	
Descrição	Elaboração do mapa de férias
Risco	Atribuição de um número de dias superior ao que o funcionário tem direito
Graduação do risco	Moderado
Legislação relevante	Artigo 35.º e ss. do Estatuto da Ordem dos Notários Artigo 237.º e ss do Código do Trabalho
Medidas preventivas	Promoção de sistemas de controlo interno, nomeadamente conferência das análises dos pedidos, numa base de amostragem; Definição detalhada da tramitação dos processos; Segregação/rotatividade de funções ao longo do processo.

E – DISCIPLINA	
Descrição	Confidencialidade
Risco	Quebra de reserva de confidencialidade por prestação de informação a entidades alheias ao processo com vista à obtenção de benefícios para o próprio e/ou terceiro
Graduação do risco	Moderado
Legislação relevante	Artigo 41.º e ss. do Estatuto da Ordem dos Notários
Medidas preventivas	Implementação de plataforma informática de gestão documental; Implementação de plataforma informática de atuação para gestão de procedimentos e monitorização de toda a ação disciplinar.

E – DISCIPLINA	
Descrição	A não promoção de procedimento de natureza disciplinar
Risco	A não promoção de procedimento de natureza disciplinar sempre que a tal a lei obrigue, a troco de solicitação/aceitação de contrapartidas para o próprio e/ou para terceiros.
Graduação do risco	Elevada
Legislação relevante	Artigo 41.º e ss. do Estatuto da Ordem dos Notários
Medidas preventivas	Distribuição aleatória de processos disciplinares a cada instrutor responsável pelos mesmos; Implementação de plataforma informática de atuação para gestão de procedimentos e monitorização de toda a ação disciplinar.

E – DISCIPLINA	
Descrição	A promoção de procedimento de natureza disciplinar
Risco	A promoção de procedimento de natureza disciplinar quando a tal a lei obrigue, a troco de solicitação/aceitação de contrapartidas para o próprio e/ou para terceiros.
Graduação do risco	Fraco
Legislação relevante	Artigo 41.º e ss. do Estatuto da Ordem dos Notários
Medidas preventivas	Distribuição aleatória de processos disciplinares a cada instrutor responsável pelos mesmos; Implementação de plataforma informática de atuação para gestão de procedimentos e monitorização de toda a ação disciplinar.

E – DISCIPLINA	
Descrição	Omissão de atos processuais e/ou de decisão em processos de natureza disciplinar
Risco	A não promoção de qualquer ato processual ou omissão de decisão em processo disciplinar, sempre que a tal a lei obrigue, a troco de solicitação/aceitação de contrapartidas para o próprio e/ou terceiro-
Graduação do risco	Elevado
Legislação relevante	Artigo 41.º e ss. do Estatuto da Ordem dos Notários
Medidas preventivas	Distribuição aleatória de processos disciplinares a cada instrutor responsável pelos mesmos; Implementação de plataforma informática de atuação para gestão de procedimentos e monitorização de toda a ação disciplinar;

E – DISCIPLINA	
Descrição	A promoção de qualquer ato processual ou decisão em processo de natureza disciplinar
Risco	A promoção de qualquer ato processual ou de decisão em processo de natureza disciplinar, quando a tal a lei não obrigue, a troco de solicitação/aceitação de contrapartidas para o próprio e/ou para terceiros.
Graduação do risco	Fraco
Legislação relevante	Artigo 41.º e ss. do Estatuto da Ordem dos Notários
Medidas preventivas	Distribuição aleatória de processos disciplinares a cada instrutor responsável pelos mesmos; Implementação de plataforma informática de atuação para gestão de procedimentos e monitorização de toda a ação disciplinar.

E – DISCIPLINA	
Descrição	Celeridade processual
Risco	A promoção de maior ou menor celeridade processual, com vista à obtenção de vantagem patrimonial ou não patrimonial e/ou favorecimento/prejuízo a para o próprio e/ou terceiro
Graduação do risco	Moderado
Legislação relevante	Artigo 41.º e ss. do Estatuto da Ordem dos Notários
Medidas preventivas	<p>Distribuição aleatória de processos disciplinares a cada instrutor responsável pelos mesmos;</p> <p>Implementação de plataforma informática de atuação para gestão de procedimentos e monitorização de toda a ação disciplinar;</p> <p>Elaboração de um levantamento anual do número de processos instaurados, grau de gravidade, fase em que se encontram as penas eventualmente aplicadas.</p>

E – DISCIPLINA	
Descrição	Impedimentos/suspeições do instrutor ou decisor do processo
Risco	Inobservância dos requisitos legais relativos a impedimentos/suspeições do instrutor ou decisor do processo, com vista à obtenção de vantagem patrimonial ou não patrimonial para o próprio e/ou terceiro
Graduação do risco	Fraco
Legislação relevante	Artigo 41.º e ss. do Estatuto da Ordem dos Notários
Medidas preventivas	Distribuição aleatória de processos disciplinares a cada instrutor responsável pelos mesmos; Implementação de plataforma informática de atuação para gestão de procedimentos e monitorização de toda a ação disciplinar.

E – DISCIPLINA	
Descrição	Recolha de prova de forma ilegal
Risco	Recolha de prova de forma ilegal com vista à obtenção de vantagem patrimonial ou não patrimonial e/ou favorecimento/prejuízo para o próprio e/ou terceiro
Graduação do risco	Moderado
Legislação relevante	Artigo 41.º e ss. do Estatuto da Ordem dos Notários
Medidas preventivas	<p>Distribuição aleatória de processos disciplinares a cada instrutor responsável pelos mesmos;</p> <p>Implementação de plataforma informática de atuação para gestão de procedimentos e monitorização de toda a ação disciplinar;</p> <p>Elaboração de um levantamento anual do número de processos instaurados, grau de gravidade, fase em que se encontram as penas eventualmente aplicadas.</p>

5. APLICAÇÃO DO PLANO E MONITORIZAÇÃO

Previamente à aplicação do presente Plano e sua execução, o mesmo deve ser apresentado aos funcionários da Ordem, para que tomem conhecimento do respetivo conteúdo e emitam a sua opinião e ideias no sentido do seu aperfeiçoamento.

A Ordem, incluindo todos os seus órgãos, assume a responsabilidade pela implementação das medidas preconizadas no Plano através da sua rigorosa execução.

A execução do Plano será objeto de permanente acompanhamento por parte dos órgãos da Ordem, no âmbito das suas competências.

Anualmente, deverá ser elaborado pela Direção um relatório da execução do plano, tendo por objeto o estabelecimento do ponto de situação da implementação das medidas preventivas nele mencionadas. Deverão ser descritos os riscos eliminados ou cujo impacto foi reduzido e daqueles que se mantêm, bem como, identificados os riscos ao longo do ano que não foram contemplados no plano inicial.

Também com periodicidade anual, a Direção deverá refletir e decidir da necessidade ou conveniência da revisão ou atualização do Plano, com base na experiência adquirida e nos contributos das demais entidades envolvidas na sua execução.

A ocorrência de situações de corrupção e infrações conexas deve conduzir à instauração de procedimentos disciplinares contra o infrator, bem como ser objeto de denúncia ao Ministério Público, para efeitos de abertura do competente procedimento criminal.

No plano disciplinar, o conhecimento de qualquer situação de corrupção ou infrações conexas deve ser de imediato comunicado aos responsáveis dos serviços ou titulares dos órgãos da Ordem, podendo esta falta de comunicação também constituir infração disciplinar.

Por outro lado, é necessário ter em conta que as situações de corrupção e infrações conexas têm, frequentemente, tutela criminal. Por esta razão junta-se, em anexo, ao presente Plano um enunciado dos crimes relacionados com corrupção e infrações conexas.

Identificação dos responsáveis pela implementação do plano: A Secretária Geral, o Departamento Jurídico.

ANEXO

Conceito	Definição	Artigos do Código Penal
Abuso de Poder	Comportamento de um funcionário que abusar de poderes ou violar deveres inerentes às suas funções, com intenção de obter, para si ou para terceiro, benefício ilegítimo ou causar prejuízo a outra pessoa.	Artigo 382.º
Concussão	Conduta do funcionário que, no exercício das suas funções do de poderes de facto delas decorrentes, por pis ou por interposta pessoa com o seu consentimento ou ratificação, receber, para si, para o Estado, ou para terceiro, mediante indução de erro ou aproveitamento de erro da vítima, vantagem patrimonial, que lhe não seja devida, ou seja superior à devida, nomeadamente, contribuição, taxa, emolumento, multa ou coima.	Artigo 379.º
Corrupção ativa	Dádiva ou promessa, por si, ou por interposta pessoa, a funcionário, ou a terceiro, com o conhecimento daqueles, de vantagem patrimonial	Artigo 374.º

	ou não patrimonial, que a este não seja devida, quer seja a prática de um ato lícito ou ilícito	
Corrupção passiva	Solicitação ou aceitação, por si ou por interposta pessoa, de vantagem patrimonial ou promessa de vantagem patrimonial ou não patrimonial, para si ou para terceiro, para a prática de um qualquer ato ou omissão contrários aos deveres do cargo	Artigo 373.º
Participação económica no negócio	Comportamento do funcionário que, com a intenção de obter, para si ou para terceiro, participação económica ilícita, lesar em negócio jurídico os interesses patrimoniais que, no todo ou em parte, lhe cumpre, em razão da sua função, administrar, fiscalizar, defender ou realizar	Artigo 377.º
Peculato	Conduta do funcionário que ilegítimamente se apropriar, em proveito próprio ou de outra pessoa, de dinheiro ou qualquer coisa móvel, pública ou particular, que lhe tenha sido entregue, esteja na sua posse, ou lhe seja acessível em razão das suas funções.	Artigo 375.º

Suborno	Pratica um ato de suborno quem convencer ou tentar convencer outra pessoa, através de dádiva ou promessa de vantagem patrimonial ou não patrimonial, a prestar falso depoimento ou declaração em processo judicial, ou prestar falso testemunho, perícia, interpretação ou tradução, sem que estes venham a ser cometidos.	Artigos 363.º, 359.º e 360.º
Tráfico de influências	Comportamento de quem, por si ou por interposta pessoal, com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial ou não patrimonial, ou sua promessa, para abusar da sua influência, real ou suposta, junto de qualquer entidade pública.	Artigo 335.º
Violação de segredo por funcionário	O funcionário que, sem estar devidamente autorizado, revelar segredo de que tenha tomado conhecimento ou que lhe tenha sido confiado no exercício das suas funções, ou cujo conhecimento lhe tenha sido facilitado pelo cargo que exerce, com a intenção de obter para si ou para outra pessoa, benefício, ou com a consciência de causar prejuízo ao interesse público ou a terceiros	Artigo 383.º